

Associação Comunitária Clave de Sol
Estrada das Palmeiras, 869 – Parque Yara Cecy
CEP: 06872-240 – Itapecerica da Serra/ SP
Tel./Fax: (11) 4667-7708
Site: www.clavedesol.org.br
E-mail: diretoria@clavedesol.org.br



PLANO DE AÇÃO 2021

“Devemos discutir a identidade não como estático, mas dinâmico, em constante mutação, uma metamorfose permanente.”

(Antonio da Costa Ciampa)

Associação Comunitária Clave de Sol
Estrada das Palmeiras, 869 – Parque Yara Cecy
CEP: 06872-240 – Itapecerica da Serra/ SP
Tel./Fax: (11) 4667-7708
Site: www.clavedesol.org.br
E-mail: diretoria@clavedesol.org.br



IDENTIFICAÇÃO:

| |
|---|
| Nome/ Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLAVE DE SOL |
| CNPJ: 05.536.162/0001-62 IE: 370.123.415.112 |
| Endereço: Estrada das Palmeiras 869. Bairro Parque Yara Cecy. CEP:06872-240 |
| Cidade/ UF: Itapecerica da Serra /SP |
| Telefone/Fax: +55 (11) 4667-7708 |
| E-mail: diretoria@clavedesol.org.br ou pedagogico@clavedesol.org.br |
| Site: www.clavedesol.org.br |

COMPOSIÇÃO ATUAL DIRETORIA ESTATUTÁRIA:

| | | |
|---|---|---|
| Doroteia Nascimento Souza | | |
| Cargo: Presidente | Profissão: Enfermeira Intensivista | |
| CPF: 717.556.752-91 | RG: 1380771-4 | Órgão Expedidor: CGPI/DIREX/DPF |
| Tatiani Aparecida Santos de Oliveira | | |
| Cargo: Vice-Presidente | Profissão: Cabeleireira | |
| CPF: 341.855.408-33 | RG: 45.654.337-5 | Órgão Expedidor: SSP/SP |
| Gleicilaine Aparecida Luiz | | |
| Cargo: 1ª Tesoureira | Profissão: Dentista | |

| | | |
|----------------------------------|---|--------------------------------|
| CPF: 370.413.388-43 | RG: 41.683.535-1 | Órgão Expedidor: SSP/SP |
| Marcos Aurélio de Almeida | | |
| Cargo: 2º Tesoureiro | Profissão: Fotógrafo | |
| CPF: 160.148.488-69 | RG: 21.758.652-1 | Órgão Expedidor: SSP/SP |
| Betina Korber Silva | | |
| Cargo: Secretária | Profissão: Professora | |
| CPF: 061.721.058-68 | RG: 18.561.118-7 | Órgão Expedidor: SSP/SP |
| Nicolau Reinhard | | |
| Cargo: 1º Conselheiro | Profissão: Professor Universitário | |
| CPF: 061.721.058-68 | RG: 3.172.350-0 | Órgão Expedidor: SSP/SP |
| Ana Marlene Gorz Reinhard | | |
| Cargo: 1ª Conselheira | Profissão: Médica | |
| CPF: 456.978.179-91 | RG: 63.450.241-4 | Órgão Expedidor: SSP/SP |
| Carlos Alberto Silva | | |
| Cargo: 1º Suplente | Profissão: Designer | |
| CPF: 175.307.858-00 | RG: 19.782.873-5 | Órgão Expedidor: SSP/SP |
| Adriano Pereira Amaral | | |
| Cargo: 2º Suplente | Profissão: Vigilante | |
| CPF: 375.144.088-42 | RG: 46.582.333-6 | Órgão Expedidor: SSP/SP |

Associação Comunitária Clave de Sol
Estrada das Palmeiras, 869 – Parque Yara Cecy
CEP: 06872-240 – Itapeverica da Serra/ SP
Tel./Fax: (11) 4667-7708
Site: www.clavedesol.org.br
E-mail: diretoria@clavedesol.org.br



Mandato da atual diretoria:

| | |
|------------------------------|-------------------------------|
| Início: 18.10.2020 | Término: 17.10.2023 |
|------------------------------|-------------------------------|

Título de Utilidade Pública Federal:

Federal Portaria nº 650 de 28.03.2007

Título de Utilidade Pública Municipal:

Municipal Certidão Nº 086/19 – SADAA (Lei 1.641 de 21.12.2005)

Registros:

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) – Nº 012 de 22.06.2005

Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS)- Nº 017 de 11.07.2005

Inscrição na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS/OS -
6636/2208

Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social – CEBAS –
71000.135666/2010-14

APRESENTAÇÃO:

Vivemos em uma sociedade que está experimentando mudanças radicais. O pior é que a velocidade com que essas mudanças estão acontecendo é algo brutal. Não podemos deixar de compreender que mudanças, geram mudanças. Como a velocidade delas, nesse mundo globalizado, é intensa, a sociedade está em constante mudança em um ritmo cada vez mais acelerado. Ao longo dos anos a Educação evoluiu e continua a evoluir, e este processo pode ser compreendido na visão de pensadores e filósofos, que através de suas teorias, visam uma melhoria constante do ensino. Sabemos que alguns dos pressupostos didáticos atualmente adotados não são construções inteiramente recentes, mas foram elaborados pelos educadores ao longo do tempo, e reformulados a partir de um processo contínuo de reflexão-ação.

Toda teoria pedagógica tem seus fundamentos baseados num sistema filosófico. É a Filosofia que, expressando uma concepção de homem e de mundo, dá sentido à

Pedagogia, definindo seus objetivos e determinando os métodos da ação educativa. Nesse sentido, não existe educação neutra. Ao trabalhar na área da educação, é sempre necessário tomar partido, assumir posições. E toda escolha de uma concepção de educação é, fundamentalmente, o reflexo da escolha de uma filosofia de vida.

OBJETIVO GERAL:

Rever e redefinir os rumos da ação educativa, dialogando e atuando coletivamente no desenvolvimento das atividades cotidianas, baseando nos quatro pilares da educação. Se adaptando as novas situações trazidos pela Pandemia, principalmente ao respeito do ensino a distância. Investir em novas tecnologias para acompanhar o ensino a distância. Tendo como principal ação as linguagens artísticas como meio do desenvolvimento do ser humano. Firmar novas parcerias permanente através de Editais para fortalecer as estruturas financeiras da organização. Agregar novas parcerias do poder público e privado.

Objetivos Específicos:

- Coordenar a elaboração o Relatório Pedagógico 2020 e do Plano de Ação de 2021.
- Adaptação o ensino ao formato híbrido (presencial e a distância EAD).
- Elaborar os conteúdos das reuniões pedagógicas de 2021 para análise e aprimoramento das práticas pedagógicas, conforme datas definidas no calendário da entidade;
- Orientar a definição dos critérios de avaliação, bem como a recuperação de estudos para corrigir rumos e repensar as diversas situações de avaliação que ocorrem no processo ensino e aprendizagem;
- Realizar um trabalho de acompanhamento pedagógico dos alunos e turmas por meio dos registros e relatórios;
- Acompanhar, orientar e visitar periodicamente os Registros da Entidade;
- Organizar reunião de pais;
- Organizar reunião da diretoria e dos demais conselhos;
- Coordenar e acompanhar as turmas e oficinas da organização, bem como o preenchimento das fichas de encaminhamento dos alunos e relatórios semestrais, orientando na avaliação dos alunos inscritos na entidade;

Ano: 2021

ATIVIDADES:

As atividades aqui apresentadas estão em consonância com os conteúdos dos projetos que vamos desenvolver no decorrer do ano letivo, que são 1º. “Projeto Ciranda das Artes”, 2º. “Projeto Medindo o Futuro”, 3º. “Digital é Arte” e 4º. “Clave + Verde” e 5º. “Viver e Educar” em benefício da criança e do adolescente mais vulnerável da comunidade. As atividades pedagógicas estão separadas por níveis devido a faixa etária diferenciadas e da própria proposta de cada projeto.

Detalhamento das atividades/serviços e projetos a serem desenvolvidos:

Planejamento das atividades pedagógicas dos projetos: “CIRANDA DAS ARTES”, “MEDINDO O FUTURO”, “DIGITAL É ARTE”, “CLAVE + VERDE” e “VIVER E EDUCAR”

Atividades: RECREAÇÃO – ARTES PLÁSTICAS - MUSICALIZAÇÃO – VIOLÃO – VIOLINO- VIOLA- VIOLONCELO- TECLADO – INSTRUMENTOS DE SOPRO DE MADEIRA E METAL – PERCUSSÃO/DANÇA – BATERIA- PERCUSSÃO ERUDITO- ARTESANATO – OFICINA Viver e Educar (REFORÇO ESCOLAR) – LEITURA BÍBLICA -ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO- PROJETO “DIGITAL É ARTE (LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA).

Objetivos Projeto “Ciranda das Artes”: Atender crianças e adolescentes de 6 – 18 anos. Através das nossas atividades contribuir para a elevação e valorização de sua autoestima, incentivar a mentalidade participativa, cooperativa e cidadã. Proporcionar atendimento em ambientes acolhedores, atrelados em ações pedagógicas e educativas, pautadas na construção do conhecimento de forma crítica considerando a história e cultura dos sujeitos envolvidos. Manter a contribuição na educação integral do indivíduo, oferecidos pelas atividades nas áreas das artes visuais e musicais, fazendo um desdobramento e inserindo o Protagonismo juvenil, para assim mudarmos os atores.

Objetivos Projeto “Medindo o Futuro”: Objetivo Geral: Possibilitar o desenvolvimento integral do ser humano, por meio de atividades socioeducativas, artística e culturais, baseado nos valores cristãos e com a linha pedagógica os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Objetivos Específicos: Complementar as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais. Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo. Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã. Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade e do mundo contemporâneo. Contribuir para a inserção, reinserção e permanência da criança e do adolescente no sistema educacional.

Objetivos Projeto “Digital é Arte”: É um projeto em parceria com o SENAI (Programa Comunitário de Formação Profissional), que inclui o nosso laboratório de informática utilizando uma ferramenta da atualidade, a informática e softwares de ensino totalmente digitalizados. Este projeto atende beneficiários de 6 a 60 anos.

Objetivos Projeto “Clave + Verde”: Promover o conhecimento e a conscientização dos alunos e da comunidade sobre a necessidade da preservação do meio ambiente através de ações de cidadania, desenvolvendo a construção de atitudes individuais e coletivas para a preservação ambiental.

Objetivos Específicos: Incentivar a preservação do meio ambiente. Despertar valores e ideias de preservação da natureza. Criar responsabilidades para cuidados com o meio ambiente. Mostrar a importância do homem na transformação do meio em que vive. Incentivar práticas que promovem a cidadania. Enriquecer o curriculum institucional com a exploração do tema transversal “educação ambiental e cuidado com a natureza”. Gerar mudança de hábitos no seu dia a dia, preocupando-se com o bem-estar do próximo. Desenvolver habilidades de cultivo de plantas e hortaliças e a discussão sobre a importância dos cuidados com a saúde. Atividades multidisciplinares que envolvem ações coletivas e valorização de grupos. Identificar os problemas ambientais na escola e no entorno despertando um olhar crítico e analítico. Promover dinâmicas para resolver problemas identificados. Valorizar as parcerias com entidades para ampliar trabalhos e projetos desenvolvidos na escola e na comunidade local no entorno da organização. Promover o interesse e participação da comunidade no entorno da entidade para se envolver em ações de educação ambiental. Incentivar aos alunos a adoção de posturas e hábitos de proteção ao meio ambiente, seja em casa, seja na escola ou entidade, e por onde eles forem. Reduzir a produção de lixo na entidade, além de implantar ações de reaproveitamento e reutilização do que for possível. Despertar nas crianças e adolescentes valores e ideias de preservação da natureza e senso de responsabilidade para com as gerações futuras.

Objetivos Projeto “Viver e Educar”: O Projeto complementa e amplia os conhecimentos dos alunos, trabalhando de forma lúdica e didática. O trabalho de reforço vem para construir novos meios que levem os alunos a “descobrir” o seu potencial, sendo capazes de resgatar a autoestima e aprendizagem.

Estimular o aluno a localizar os erros. Permitir ao aluno que compreenda o seu potencial. Criar condições favoráveis que levem os alunos a aproximar-se mais do conhecimento. Criar técnicas, métodos e procedimentos para trabalhar as atividades, as quais os alunos apresentam dificuldades.

Estimular o aluno a solucionar suas dúvidas, proporcionando um conhecimento amplo sobre o assunto estudado. Proporcionar um momento a mais, para ser tirado dúvidas sobre atividades lecionadas na entidade.

Público-alvo: Crianças e Adolescentes de 6 a 17 anos e 12 meses.

Período de realização:

08/02/2021 à 12/12/2021, de Segunda à Sexta-feira, das 8h às 17:15h e Sábados das 8h ao meio-dia.

Período de manhã das atividades: 08h00minh às 11h30min

Período da tarde das atividades: 13h30minh às 17h00min

Fevereiro: Matrículas Divulgação da entidade e início das atividades (EAD ou presencial, conforme situação da Pandemia)

Março: Matrículas, Atividades de Percussão (EAD), Musicalização (EAD), Cora (EAD), Artes (EAD), Instrumentos diversos (EAD), Oficina de informática (EAD), Oficina de reforço escolar (EAD), Oficinas no contexto ambiental (EAD), Atendimento Psicopedagógico (EAD), Entrega de Cestas Básicas e Marmitex.

Abril: Matrículas, Atividades de Percussão (EAD), Musicalização (EAD), Cora (EAD), Artes (EAD), Instrumentos diversos (EAD), Oficina de informática (EAD), Oficina de reforço escolar (EAD), Oficinas no contexto ambiental (EAD), Atendimento Psicopedagógico (EAD), Entrega de Cestas Básicas e Marmitex.

Maior: Matrículas, Atividades de Percussão (EAD), Musicalização (EAD), Cora (EAD), Artes (EAD), Instrumentos diversos (EAD), Oficina de informática (EAD), Oficina de reforço escolar (EAD), Oficinas no contexto ambiental (EAD), Atendimento Psicopedagógico (EAD), Entrega de Cestas Básicas e Marmitex.

Junho: Matrículas, Atividades de Percussão (EAD), Musicalização (EAD), Cora (EAD), Artes (EAD), Instrumentos diversos (EAD), Oficina de informática (EAD), Oficina de reforço escolar (EAD), Oficinas no contexto ambiental (EAD), Atendimento Psicopedagógico (EAD), Entrega de Cestas Básicas e Marmitex.

Julho: Matrículas, Atividades de Percussão (EAD), Musicalização (EAD), Cora (EAD), Artes (EAD), Instrumentos diversos (EAD), Oficina de informática (EAD), Oficina de reforço escolar (EAD), Oficinas no contexto ambiental (EAD), Atendimento Psicopedagógico (EAD), Entrega de Cestas Básicas e Marmitex. Fechamento do 1º semestre. Férias.

Agosto: Matrículas, Atividades de Percussão (EAD), Musicalização (EAD), Cora (EAD), Artes (EAD), Instrumentos diversos (EAD), Oficina de informática (EAD), Oficina de reforço escolar (EAD), Oficinas no contexto ambiental (EAD), Atendimento Psicopedagógico (EAD), Entrega de Cestas Básicas e Marmitex.

Setembro: Matrículas, Atividades de Percussão (EAD), Musicalização (EAD), Cora (EAD), Artes (EAD), Instrumentos diversos (EAD), Oficina de informática (EAD), Oficina de reforço escolar (EAD), Oficinas no contexto ambiental (EAD), Atendimento Psicopedagógico (EAD), Entrega de Cestas Básicas e Marmitex.

Outubro: Matrículas, Atividades de Percussão (EAD), Musicalização (EAD), Cora (EAD), Artes (EAD), Instrumentos diversos (EAD), Oficina de informática (EAD), Oficina de reforço escolar (EAD), Oficinas no contexto ambiental (EAD), Atendimento Psicopedagógico (EAD), Entrega de Cestas Básicas e Marmitex.

Matrículas, Atividades de Percussão (EAD), Musicalização (EAD), Cora (EAD), Artes (EAD), Instrumentos diversos (EAD), Oficina de informática (EAD), Oficina de reforço escolar (EAD), Oficinas no contexto ambiental (EAD), Atendimento Psicopedagógico (EAD), Entrega de Cestas Básicas e Marmitex.

Dezembro: Matrículas, Atividades de Percussão (EAD), Musicalização (EAD), Cora (EAD), Artes (EAD), Instrumentos diversos (EAD), Oficina de informática (EAD), Oficina de reforço escolar (EAD), Oficinas no contexto ambiental (EAD), Atendimento Psicopedagógico (EAD), Entrega de Cestas Básicas e Marmitex. Fechamento do 2º semestre. Férias.

Nº total de beneficiários a serem atendidos diretamente: 200 crianças e adolescentes diretamente na entidade.

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: Todos que estão dentro dos termos do estatuto social da organização

Nº de beneficiários atendidos através de uma contribuição: Todos que estão fora dos termos do estatuto social da organização

Nº total de pessoas atendido indiretamente (Famílias, comunidade, escolas, parceiros etc.): 3.500 crianças, adolescentes e adultos.

*“Tão importante quanto o que se ensina e se aprende é como se ensina e como se aprende”
(César Coll)*

Trabalho Pedagógico da Associação Comunitária Clave de Sol

Renovam-se, periodicamente, no mundo, os métodos pedagógicos, em razão da conquista do conhecimento nas suas diferentes áreas. Nos últimos anos, a valiosa contribuição da psicologia infantil abriu espaços para mais profundo e claro entendimento em torno das possibilidades de aprendizagem da criança, ensejando novas técnicas para a educação. A analogia com a prática pedagógica se mostra quando diz que a educação deve preocupar-se em desenvolver quatro aprendizagens fundamentais, que serão para cada indivíduo os pilares do conhecimento: 1º **aprender a conhecer** indica o interesse, a abertura para conhecimento, que verdadeiramente liberta da ignorância; 2º **aprender a fazer**, mostra a coragem de executar, de correr riscos, de errar mesmo na busca de acertar; 3º **aprender a conviver**, aqui temos o desafio da convivência que apresenta o respeito a todos e o exercício de fraternidade como caminho do entendimento e, finalmente; 4º **aprender a ser**, visto, talvez, como o mais importante, por explicitar aí o papel do cidadão e o objetivo de viver. Palavra-chave: Aprendizagem, Desafios, Educação.

OS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO

A educação não serve, apenas, para fornecer pessoas qualificadas ao mundo da economia: não se destina ao ser humano enquanto agente econômico, mas enquanto fim último do desenvolvimento. Desenvolver os talentos e as aptidões de cada um correspondente, ao mesmo tempo, á missão fundamentalmente humanista da educação, á exigência de equidade que deve orientar qualquer política educativa e as verdadeiras necessidades de um desenvolvimento endógeno, respeitador do meio ambiente humano e natural, e da diversidade de tradições e de culturas. E mais especialmente, se é verdade que a formação permanente é uma ideia essencial dos nossos dias, é preciso inscrevê-la, para além de uma simples adaptação ao emprego, na concepção mais ampla de uma educação ao longo de toda a vida, concebida como condição de desenvolvimento harmonioso e contínuo da pessoa. (DELORS. 2001. p 85)

Nessa visão prospectiva, uma resposta puramente quantitativa à necessidade insaciável a educação - uma bagagem escolar cada vez mais pesada - já não é possível nem mesmo adequada. Não basta, de fato, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente. É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo de mudanças.

Segundo Delors 2001; aponta "como principal consequência da sociedade do conhecimento a necessidade de uma aprendizagem ao longo de toda vida, fundamentada em quatro pilares, que são, concomitantemente, pilares do conhecimento e da formação continuada."

É necessário tornar prazeroso o ato de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento para que não seja passageiro, que se mantenha através do tempo, que valorize a curiosidade, a autonomia e a atenção, permanentemente. É preciso também pensar o novo, reconstruir o velho, reinventar o pensar. Precisamos cada vez mais na educação de uma resposta quantitativa a necessidade de aprendizagem.

Uma bagagem escolar cada vez maior, mas não basta de fato, que cada um acumule no começo da vida uma quantidade de conhecimentos de que possa abster-se indefinidamente. É, antes, necessário estar a altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, ocasião para aprofundar e enriquecer seus conhecimentos e adaptar-se a um mundo de mudanças. Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão para o indivíduo, os pilares do conhecimento:

Aprender a Fazer

Diante da rapidez que as evoluções estão ocorrendo em nosso mundo moderno, logo o aluno se perguntará: Por que aprendi tudo isso? Para mais nada me serve, porque já está desatualizado. A comissão demonstrou essa preocupação ao citar:

Embora o Aprender Ser e Aprender a Fazer é indissociável, queremos destacar que o Aprender a Fazer está mais relacionado à questão da formação profissional. A questão que precisa ser respondida pelo professor é: Como ensinar ao aluno a pôr em prática os seus conhecimentos e, também, como adaptar a educação ao trabalho futuro quando não se pode prever qual será a sua evolução? (DELORS, 2001)

Devemos destacar que o Aprender a Fazer não pode, pois, continuar a ter significado simples de preparar alguém para uma tarefa material bem determinada, para fazê-lo participar do fabrico de alguma coisa.

Aprender a Conhecer

O conhecimento não vem de fora, é um processo de construção e reconstrução interior. Não está nos livros, nos computadores, mas nas mentes das pessoas. A verdadeira aprendizagem é a construção ativa de conhecimentos realizada pelo sujeito que aprende. Não há aprendizagem sem que o aprendiz seja o sujeito ativo do processo, e a aprendizagem será tanto maior e melhor quanto mais ativo ele for.

Aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. (DELORS 2001, p. 89-101).

Aprender a Viver Juntos, Aprender a Viver Com os Outros

Faz parte da educação, aprender a lidar com pessoas diferentes, tratar de assuntos relevantes, não falar mal dos outros, não usar a força para resolver conflitos, demonstrar gentileza e sinceridade no tratamento com os colegas e professores. É

justamente na escola que os alunos aprendem as regras básicas de convivência em sociedade. O que cada professor precisa fazer é abrir espaço a fim de que eles aprendam a conviver, se conheçam e se respeitem. Para que todos possam viver juntos e aprender a viver com os outros, a educação tem um papel importantíssimo, e um grande desafio, já que a opinião pública toma conhecimento através dos meios de comunicação e nada pode fazer.

Aprender a Ser

Se o aluno não estiver preparado para compreender que a educação deve em princípio mudar a sua vida, o seu caráter, para depois servir aos outros, então ela falhou. Ela será apenas um instrumento do egoísmo para dominar aos outros. Educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa, espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. Todos os seres humanos devem ser preparados pela educação que recebem para agir nas diferentes circunstâncias da vida. Só que para isso cada um deverá ter pensamentos autônomos e críticos, personalidade própria. Portanto a educação deve preparar as crianças e os jovens para possíveis descobertas e de experimentação.

A educação não se apoia exclusivamente, numa fase da vida ou num único lugar. Os tempos e as áreas da educação devem ser repensados, completar-se e interpenetrar-se de maneira a que cada pessoa, ao longo de toda a sua vida, possa tirar o melhor partido de um ambiente educativo em constante ampliação.

Com base nos quatro pilares da educação, compreendemos que profundas mudanças precisam ocorrer no sistema de ensino secular. Pode levar algum tempo para aceitarmos que só se aprende participando, vivenciando, tomando atitudes diante dos fatos, escolhendo procedimentos para atingir determinados objetivos. Não se ensina só pelas respostas dadas, mas principalmente pelas experiências proporcionadas, pelos problemas criados, pela ação desencadeada.

Trabalho Social da Associação Comunitária Clave de Sol (Medindo o Futuro):

Apesar de crianças e adolescentes brasileiros terem seus direitos assegurados nos marcos normativos do país, a realidade mostra que muitos ainda estão expostos a diversas formas de violação de direitos humanos, portanto com sua cidadania comprometida pelo silêncio e pela convivência de uma parte da sociedade, que ainda se omite. Para a compreensão dos fenômenos vulnerabilidade e risco em segmentos específicos, toma-se como ponto de partida o grupo sociofamiliar e a diversidade de seus arranjos na contemporaneidade. Em função de uma demanda maior por proteção e cuidado, reconhece-se que os segmentos etários mais vulneráveis no ambiente familiar são as crianças, os adolescentes e os idosos. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004), a vulnerabilidade constitui-se em situações, ou ainda em identidades, que concorrem para a exclusão social dos sujeitos. Essas situações

originam-se no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais, nos processos discriminatórios, segregacionista engendrados em construções socio-históricas e em dificuldades de acesso às políticas públicas. Assim, a vulnerabilidade é constituída por fatores biológicos, políticos, culturais, sociais, econômicos e pela dificuldade de acesso a direitos, que atuam isolada ou sinergicamente sobre as possibilidades de enfrentamento de situações adversas.

Conforme a PNAS (2004), o risco social configura-se como uma situação instalada “que, ao se impor, afeta negativamente a identidade e a posição social de indivíduos e grupos. É decorrente dos processos de omissão ou violação de direitos”. Portanto, todo esse cenário de vulnerabilidades e riscos, que impacta diretamente no núcleo familiar, enfraquecendo-o em seu papel protetivo, gera consequências diretas para a infância e adolescência, tais como: negligência; violência física, psíquica, sexual; abandono; situação de rua; exploração do trabalho infantil. Desse modo, cabe ao Estado ofertar serviços para essas famílias, de forma a superar as situações de risco. Com enfoque, neste momento, na questão da exploração do trabalho infantil, é possível apontá-la como um fenômeno social inequívoco de profunda violação de direitos, presente ao longo de toda a história do Brasil, que vem se configurando de maneira bastante complexa, uma vez que tem apresentado grande diversidade, em termos de sua incidência regional, de suas formas, de suas causas e dos grupos sociais que atinge. Entre as causas, são identificadas não só a pobreza, mas também questões culturais e a dinâmica do mercado de trabalho e da economia. Com a expansão do processo de industrialização e urbanização das cidades, a exploração do trabalho infantil no Brasil tornou-se mais acentuada, e gradativamente surgem medidas de proteção às crianças. A partir da década de 1980, a sociedade brasileira passou a assumir processos de mobilização contra a naturalização do trabalho infantil que se refletiram, fortemente, no Congresso Constituinte e no reconhecimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes na Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

Assim, a incorporação dos Direitos Fundamentais de Crianças e Adolescentes ofereceu a oportunidade histórica à efetiva implementação de estratégias para a garantia do desenvolvimento integral da infância, amparada pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ainda atualmente, o trabalho infantil constitui realidade social complexa, multifacetada e representativa das variadas formas de exploração de crianças e adolescentes pelo trabalho. A exploração do trabalho infantil insere-se num contexto de vulnerabilidades que tem por consequência imediata a violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Por isso, requer políticas públicas voltadas ao atendimento integral, visando garantir o pleno desenvolvimento humano, conforme propõe a Teoria da Proteção Integral, que tem por fundamento a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas, promulgada pelo Brasil. A coincidência das reivindicações sociais aliadas à implementação do Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente proporcionou a formulação de políticas públicas mais amplas, em especial aquelas voltadas para o atendimento integral aos direitos humanos reconhecidos no novo marco

normativo que se instituíra. O avanço nas pesquisas sobre o tema também contribuiu para maior visibilidade sobre as causas, consequências e estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil. O fortalecimento de redes de atendimento e fóruns temáticos contribuiu significativamente para que o combate à exploração do trabalho infantil recebesse atenção especial e diferenciada. Assim, surgiram inúmeras tentativas governamentais e não governamentais na construção de alternativas para o enfrentamento dessa exploração.

O tema da intersetorialidade nas políticas públicas vem ganhando relevo na medida em que novos atores e agentes públicos vão qualificando o debate acerca da responsabilidade pública de constituição e efetividade de políticas do Estado. Gerando cada vez mais exigências para garantia de institucionalidade, continuidade das ações, escala compatível, racionalidade gerencial, criação de sistemas locais, articulação entre as esferas de governo, orçamento integrado e execução financeira com transparência, investimento nas pessoas e política de recursos humanos e processos contínuos de capacitação. Apesar dos avanços normativos/jurídicos, técnico/metodológicos e de estratégias para enfrentar os passivos históricos de não acesso aos direitos e serviços sociais, foram negligenciados e retardados os processos de gestão intersetorial. Contudo, em que pesem os desafios colocados para a efetiva prevenção e erradicação do trabalho infantil e de outras violações de direitos, cada vez mais há esforço de ação articulada e integrada na perspectiva de superação do problema. Nesse sentido, um olhar sobre as concepções e os fundamentos relativos ao contexto, às causas e às consequências da exploração do trabalho infantil no Brasil pode ser particularmente interessante, pois o patamar protetivo alcançado não se conforma mais com o mero afastamento da criança e do adolescente do trabalho, mas, antes de tudo, pretende-se superar a cultura do trabalho durante a infância e a adolescência como um paradigma de desenvolvimento humano. Sobretudo, é preciso um olhar mais profundo sobre as vulnerabilidades sociais e as variadas violações de direitos, que envolvem diretamente não só a criança e o adolescente, mas também a sua família. Em relação ao trabalho infantil, é necessário, para o seu eficaz enfrentamento, compreender o universo cultural de sua incidência e a natureza da atividade (agrícola, doméstico, lixão, mendicância, exploração sexual, entre outras). Nesse sentido, as condições educacionais, a situação de emprego e renda da família, os benefícios sociais (Programa Bolsa Família, PETI, BPC) e os serviços socioassistenciais ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são elementos que potencializam o enfrentamento das violações de direitos, tendo como referência e centralidade a família e a comunidade na qual se insere a criança ou o adolescente

Todos os quatro Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são complementares ao PAIF e devem viabilizar, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, trocas culturais e de vivência entre pessoas, fortalecendo os vínculos familiares e sociais, incentivando a participação social, o convívio familiar e comunitário e trabalhando o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade. Devem ser ofertados nos territórios de vulnerabilidade e têm como objetivos gerais,

segundo a Tipificação: » complementar o trabalho social com a família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; » prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; » oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; » possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais e esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades; » favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários;

Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios; » contribuir para a promoção do acesso a serviços setoriais, em especial políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos. Do ponto de vista da oferta e de sua organização, todos os Serviços de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos: 1) constituem respostas do Poder Público às necessidades identificadas por meio de diagnósticos e/ou da ação dos técnicos no PAIF; 2) são de participação voluntária. No entanto, devem incorporar no seu atendimento crianças e adolescentes afastados do trabalho precoce, cuja frequência será tratada como condicionalidade; 3) são ofertados por municípios ou pelo Distrito Federal; 4) são ofertados em unidades públicas e/ou privadas sem fins lucrativos, no território de abrangência do CRAS e a ele referenciados; 5) organizam-se em torno do principal Serviço de Proteção Social Básica, o PAIF, que lhe dá retaguarda e são a ele articulados; 6) ocorrem por meio do trabalho em Grupo ou Coletivo.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p. 10), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos tem como foco: a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes a partir de interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. Estabelece ainda que as intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. O Serviço deve incluir crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações de direitos. Aos usuários, deve oferecer atividades que contribuam para ressignificar vivências de isolamento e de violação dos direitos, propiciando experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e atuando no sentido preventivo de situações de risco social. A seguir, os objetivos específicos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, expressos na Tipificação: » complementar as ações da família e da comunidade na proteção e no desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais; » assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e

social e para o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; ·

Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural de crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã; » estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo; » contribuir para a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional. 4.1. Usuários São usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos as crianças e os adolescentes de 6 a 15 anos, em especial: » crianças e adolescentes encaminhados pela Proteção Social Especial, com prioridade para aqueles retirados do trabalho infantil e que integram o PETI; e pelo PAEFI, em especial aqueles reconduzidos ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento; » crianças e adolescentes com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC; » crianças e adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda; » crianças e adolescentes de famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos. ·

Acesso ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos O acesso dar-se-á por: Figura 2 – Acesso ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Exceção é feita para o acesso de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que se dará sempre por encaminhamento da Proteção Social Especial, responsável pela coordenação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em cada município e no DF. Identificada essa situação, a família deverá ser necessariamente contra referenciada ao CREAS ou à Proteção Social Especial. Para mais informações, consultar o Caderno de Orientações Técnicas – Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. ▶ Procura Espontânea ▶ Busca Ativa ▶ Encaminhamento da Rede Socioassistencial ▶ Encaminhamento das demais políticas públicas e por órgãos do Sistema de Garantia de Direitos CRAS Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ·

Ofertas e Frequência ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos O Caderno de Orientações Técnicas – Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS mostra alternativas de inserção de crianças e adolescentes retirados do trabalho precoce nesses serviços. Como se constitui em obrigatoriedade de oferta, cabe ao órgão gestor municipal ou do DF definir as modalidades de oferta para crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, como a escola em tempo integral, o Programa Mais Educação, Pontos de Cultura, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (ofertados exclusivamente pela assistência social) ou atividades mistas, articuladas com outros setores. Cabe ressaltar que, todas as crianças/adolescentes que se encontrem nessa situação têm direito a frequentar um serviço, com garantia de oferta pelo gestor municipal de carga horária semanal de 15 horas nas áreas urbanas e de 10 horas nas zonas rurais, sendo suas famílias acompanhadas pela assistência social. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos não é exclusivo para crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil,

mas deve incluí-los com prioridade absoluta. À obrigatoriedade do Poder Público em ofertar o Serviço corresponde um compromisso da família com a inserção e permanência da criança ou adolescente. A frequência nas atividades deve ser entendida como elemento de proteção e de enfrentamento ao trabalho infantil, além de prevenção de sua reincidência. Constitui-se, portanto, na garantia do direito da criança/adolescente à convivência, ao desenvolvimento integral e à proteção de assistência social (que se amplia para a família também).

Planejamento de Ofertas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos A Resolução CIT nº 7, de 10 de setembro de 2009, que dispõe sobre a pactuação do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, apresenta, na Seção III, que trata do Processo de Operacionalização da Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS, a Subseção I, sobre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Nessa subseção, são elencadas competências dos entes federados e, entre as competências do município e do Distrito Federal, é atribuída a responsabilidade de mapeamento da rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas existentes no município bem como o estabelecimento de diretrizes que fortaleçam a articulação em rede em seu território (Resolução CIT nº7/2009, Seção III, Subseção I, art. 11). O órgão gestor de Assistência Social deverá coordenar o planejamento de ofertas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em seu município ou no Distrito Federal, por meio do reconhecimento dos territórios e das ocorrências de situações de vulnerabilidade e risco social, utilizando o mapeamento da rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas existentes, bem como as possibilidades de articulação com ações ou ofertas de outras políticas públicas (com vistas à otimização das ofertas). Para tanto, a elaboração do planejamento de ofertas do Serviço nos municípios e no DF deverá ser uma ação articulada com representantes do Conselho de Assistência Social, com os atores envolvidos na gestão e nas ofertas do Serviço, seja ele executado de forma direta e/ou indireta, e com representantes dos usuários. Propõe-se, também, a participação de representantes de outras políticas com ações voltadas aos usuários da faixa etária ·

Diante da não governabilidade sobre a participação desses últimos, recomenda-se que ela seja incentivada mediante convites formais, não caracterizando obrigatoriedade de participação, mas, sim, investimento no planejamento conjunto. A importância de o planejamento de ofertas do Serviço contar com diferentes representações está na possibilidade de planejar contemplando as orientações existentes, reconhecendo a realidade local, as necessidades e potencialidades da população usuária do Serviço e a operacionalização da articulação em rede das ações do Serviço com demais ações e serviços presentes nos territórios, tanto da rede socioassistencial quanto das demais políticas públicas. Por ações integradas, entende-se também a possibilidade de participação em ações mistas, como a participação em atividades do próprio Serviço de Convivência e em outras atividades ofertadas no território que estejam a ele articuladas. Nesses casos, o Orientador Social, profissional que, como se verá adiante, compõe a

equipe de referência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, deverá manter relação constante com os profissionais dos demais serviços, objetivando colher informações sobre a participação de crianças e adolescentes. Esses profissionais registrarão a frequência dos participantes, mas cabe ao Orientador Social consolidá-la e encaminhá-la ao Técnico de Referência para envio à PSE e registro no SISPETI, visto que as atividades desenvolvidas por outras áreas compõem a carga horária para o cumprimento da condicionalidade. Exemplo dessa situação seria a dos adolescentes de um grupo que participam das atividades do Serviço três dias por semana e das atividades ofertadas em Pontos de Cultura ou no Segundo Tempo em outros dois dias da semana. Dessa forma, o planejamento que possibilita tal participação seria viabilizado pela articulação local entre o órgão gestor de assistência social e o responsável pelo serviço de outra política pública.

Outro fator de grande importância do planejamento de ofertas do Serviço envolvendo diversos atores é que, muitas vezes, as crianças e os adolescentes são o mesmo público de outras políticas e instituições, como no caso da Educação, com participação na escola integral ou no Programa Mais Educação. Essa condição torna fundamental a articulação do trabalho realizado pelas diferentes ações e políticas, respeitando sempre os objetivos e as formas de execução que estas possam ter, com vistas à superação da situação de vulnerabilidade em que a criança ou o adolescente se encontra e ao reconhecimento do trabalho que está sendo realizado com os mesmos usuários, de maneira a concretizar as ações em rede. Destaca-se ainda a importância da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência no Serviço e a necessidade de se verificar e ajustar, caso necessário, as estruturas físicas dos Núcleos. Para possibilitar que o planejamento de ofertas do Serviço acompanhe as mudanças da realidade local em cada município e no DF, tanto no tocante às demandas quanto às possibilidades de articulação e às necessidades de atualização, propõe-se que este seja revisto anualmente. São também sugeridas reuniões intersetoriais trimestrais, podendo ser organizadas em nível municipal ou territorial, de acordo com a organização dos serviços nos municípios ou no DF.

4.3.2 Intersetorialidade

O Serviço deve ser articulado em rede, visando potencializar suas ações. Essa articulação deverá ser fomentada, integrada e orientada sob direção do prefeito, incorporando ações de diversas outras políticas, pois, como já mencionado, as ofertas podem ser mistas.

A articulação com outras políticas públicas deverá estar formalmente constituída – superando ajustes informais e pessoais – entre os gestores e técnicos da assistência social e das outras políticas, de maneira a contemplar a necessidade de acompanhamento da frequência às atividades e ao cumprimento dos objetivos da inclusão de crianças e adolescentes no Serviço. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos deverá ser articulado: » aos demais serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica; » aos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial; » aos serviços públicos locais de educação, saúde, cultura, esporte, meio ambiente e outros, conforme necessidades e, inclusive, fortalecendo parcerias; » às instituições de ensino e pesquisa; » às

iniciativas locais; » aos programas e projetos de desenvolvimento de talentos e capacidades.

Trabalho Social Essencial ao Serviço É considerado trabalho social essencial ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: » acolhida; » orientação e encaminhamentos; » grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; » informação, comunicação e defesa de direitos; » fortalecimento da função protetiva da família; » mobilização e fortalecimento das redes sociais de apoio; » organização da informação com banco de dados de usuários e organizações, elaboração de relatórios e/ou prontuários; » desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; » mobilização para a cidadania

Metas de Aprendizagem por faixa etária:

| ATITUDINAL | PROCEDIMENTAL | CONCEITUAL |
|---|--|--|
| Cidadania, reconhecer direitos básicos. Trabalho cooperativo; diálogo para mediação de conflitos; Respeitar a si e ao próximo; Respeito à diversidade cultural; Conhecer e participar de eventos culturais; Participar de brincadeiras e jogos de forma cooperativa; Interessar-se por fatos e notícias nos espaços que convive; Valorizar o processo educativo esforçar-se por aprender, aceitar seus erros, pedir ajuda tentar de novo, arriscar e evoluir em toda sua capacidade; Higiene e saúde, responsabilidade. Conviver em grupo, cooperativamente; Autoestima; Interessar-se por informações globais; Multiplicar as informações; Valorizar os saberes e conhecimento acumulado historicamente; Conhecer, conviver e respeitar diferentes grupos, culturas, | Adquirir e cuidar dos objetos e de uso coletivo; Autonomia na sua locomoção no Clave/Casa; Frequentar assiduamente as oficinas; Utilizar diferentes linguagens; Participar ativamente das atividades; Desenvolver suas habilidades em busca da autonomia. Conquistar habilidades e autonomia necessárias para viver de forma saudável; Preservar os recursos disponíveis; Conhecer e utilizar diferentes linguagens; Sistematizar e comunicar suas próprias aprendizagens (exposições, mostras, apresentações e obras); | Conhecer a história da instituição; Saber a utilização de todos os recursos disponíveis; Comparar a própria identidade cultural com as outras; Identificar as diferentes linguagens e seus contextos; Entender e respeitar as regras de convivência; Conhecer seus direitos, deveres e responsabilidades; Conhecer o significado de autonomia; Cuidar e zelar o ambiente pessoal e coletivo; Conhecer manifestações estéticas e compreender as diferentes concepções de arte; Conhecer o corpo, seu modo de funcionar, seus limites e fases do desenvolvimento. |

| | | |
|--|--|--|
| linguagem, estética; Respeitar regras estabelecidas e questionar quando necessário; Reconhecer e respeitar autoridade; Saber fazer escolhas e tomar decisões; Respeitar as diversidades; Valorizar e cuidar dos equipamentos da ONG; Interessar-se por ações de mobilização, preservação do meio ambiente. | | |
|--|--|--|

Avaliação:

Será realizada a partir do acompanhamento e levantamento de dados junto aos educadores quanto ao trabalho pedagógico desenvolvido, discutindo sobre as intervenções didáticas, pedagógicas e outras possibilidades que venham incrementar o processo ensino/aprendizagem, na busca de uma educação igualitária e de qualidade para todos. A avaliação das atividades será um processo contínuo, para que as intervenções possam ser feitas sempre que se detectar alguma falha.

“Através destas coisas todas que estamos fazendo, esperamos que as crianças sejam felizes, dêem risadas, descubram que a vida é boa...”

Rubem Alves

Ferramentas de avaliação: - Chamada de classe (Frequência), Avaliações bimestrais (Conhecimento), Avaliações bimestrais dos pais (Convivência), Boletim escolar (Evasão escolar o rendimento da aprendizagem), Saídas culturais (Ingressos), Apresentações culturais (Imagens e Vídeos).

Calendário – Ano Letivo 2021

| | | |
|----------------------------|------------------|--|
| 1º Semestre de 2021 | Janeiro | 05: Retorno da equipe 11 – 31: Divulgação com carro de som da Clave / Matrícula e Rematrícula. 11: Reunião dos Gestores 18: Reunião dos Gestores 25: Reunião dos Gestores |
| | Fevereiro | 01: Reunião dos Gestores 08: Reunião dos Gestores 15: Emenda Carnaval 16: Carnaval 17-19: Reuniões pedagógicas 22: Reunião dos Gestores 27: Reunião de pais |
| | Março | 01: Início das atividades na Clave 01: Reunião dos Gestores 04: Grupo dos Jovens 08: Reunião dos Gestores 11: Grupo dos Jovens 15: Reunião dos Gestores 18: Grupo dos Jovens 22: Reunião dos Gestores 25: Grupo dos Jovens 26: Reunião pedagógica 29: Reunião dos Gestores |
| | Abril | 01: Grupo dos Jovens 02: Sexta-feira Santa 04: Páscoa 05: Reunião dos Gestores 08: Grupo dos Jovens 12: Reunião dos Gestores 15: Grupo dos Jovens 19: Reunião dos Gestores 21: Tiradentes 22: Grupo dos Jovens 26: Reunião de Gestores 29: Grupo dos Jovens 30: Reunião pedagógica |
| | Maiio | 01: Dia do Trabalhador 03: Reunião dos Gestores 06: Grupo dos Jovens |

| | | |
|----------------------------|-----------------|---|
| | | 08: Reunião de Pais 10: Reunião dos Gestores 13: Grupo dos Jovens 17: Reunião dos Gestores 20: Grupo dos Jovens 24: Reunião de Gestores 27: Grupo dos Jovens 28: Reunião pedagógica |
| | Junho | 03: Corpus Christi 04: Emenda do Feriado 07: Reunião dos Gestores 10: Grupo dos Jovens 14: Reunião dos Gestores 17: Grupo dos Jovens 21-24: Semana de avaliação/ Provas 25: Reunião pedagógico 28: Reunião dos Gestores |
| | Julho | 01: Grupo dos Jovens 05: Reunião dos Gestores 08: Grupo dos Jovens 09: Reunião pedagógica 10: Encerramento 1º Semestre 15 a 29: Recesso de Atividades 28. Retorno das atividades 29: Grupo dos Jovens |
| 2º Semestre de 2021 | Agosto | 02: Reunião dos Gestores 05: Grupo dos Jovens 06: Reunião pedagógica 09: Reunião dos Gestores 12: Grupo dos Jovens 14: Reunião de pais. 16: Reunião dos Gestores 19: Grupo dos Jovens 23: Reunião de Gestores 26: Grupo dos Jovens 30: Reunião dos Gestores |
| | Setembro | 01: Grupo dos Jovens 06: Reunião dos Gestores 07: Independência do Brasil 09: Grupo dos Jovens 13: Reunião dos Gestores 16: Grupo dos Jovens |

| | |
|-----------------|--|
| | 20: Reunião dos Gestores 23: Grupo dos Jovens 24: Reunião pedagógica 27: Reunião dos Gestores 30: Grupo dos Jovens |
| Outubro | 04: Reunião dos Gestores 07: Grupo dos Jovens 11: Reunião dos Gestores 12: Nossa Sra. Aparecida 14: Grupo dos Jovens 17: Ensaio da Orquestra. 18: Reunião dos Gestores 21: Grupo dos Jovens 25: Reunião dos Gestores 28: Grupo dos Jovens 29: Reunião pedagógica |
| Novembro | 01: Reunião dos Gestores 02: Finados 04: Grupo dos Jovens 08: Reunião dos Gestores 11: Grupo dos Jovens 15: Proclamação da República 18: Grupo dos Jovens 20: Dia da Consciência Negra 22.-25: Semana de avaliação/ Provas 26: Reunião pedagógica 29: Reunião dos Gestores |
| Dezembro | 01: Grupo dos Jovens 06: Reunião dos Gestores 09: Último dia de atividades na Clave / Grupo dos Jovens 10. Montagem para o fechamento do 2º semestre 11: Fechamento do 2º semestre Clave de Sol 13-15: Limpeza e organização do espaço 16: Confraternização dos funcionários. 17 a 04: Férias |

Sujeito a alterações por contingências do momento, principalmente pela situação da Pandemia. Faltam também os eventos culturais como também os passeios que neste momento não podem acontecer.

A programação dos sábados poderá sofrer alterações sendo informada com antecedência.

Associação Comunitária Clave de Sol
Estrada das Palmeiras, 869 – Parque Yara Cecy
CEP: 06872-240 – Itapeceira da Serra/ SP
Tel./Fax: (11) 4667-7708
Site: www.clavedesol.org.br
E-mail: diretoria@clavedesol.org.br



A Coordenação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

DELORS, Jacques. Educação: Um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI - 6 Edição. - São Paulo: UNESCO, MEC, Editora Cortez, Brasília, DF, 2001, p. 82-104.